dem-jurídica, evitando, quanto possível, que o mesmo facto seja julgado ou qualificado por certa forma para efeitos penais e por forma diversa para efeitos civis.

Em esclarecimento, diga-se que a redacção do referido artigo 67.º foi alterada pelo Decreto-Lei n.º 40 275, de 8 de Agosto de 1955, mas a alteração introduzida não prejudica em nada o que se vem dizendo.

Sucede até que no relatório deste último diploma, seu n.º 16, também se reconhecem expressamente «os incontestáveis benefícios da unidade de julgamento na apreciação das duas modalidades de responsabilidade emergente dos acidentes de trânsito [...]».

De resto, isso mesmo já orientara também o legislador do Código de Processo Penal, ao estabelecer como regra, no citado artigo 29.º, que o pedido de indemnização por perdas e danos resultantes de um facto punível por que sejam responsáveis os seus agentes deve fazer-se no processo em que correr a acção penal, só podendo fazer-se separadamente em acção intentada nos tribunais civis nos casos previstos no mesmo Código. Veja-se, a este respeito, o *Comentário ao Código de Processo Penal*, de Luís Osório, vol. 1, p. 323.

Todavia, apesar desta preocupação em garantir o julgamento conjunto e assegurar a uniformidade das decisões respectivas, é certo que as normas processuais a ele respeitantes permitiam que, em matéria de acidentes de viação, se levantassem, frequentemente, as maiores dúvidas acerca do destino da acção cível, quando a acção penal fosse julgada improcedente, especialmente quando o pedido cível se fundava apenas na conduta culposa do réu, sem se invocar o ilícito simplesmente civil ou a responsabilidade pelo risco.

E, como é sabido, a orientação que veio a ser seguida no Supremo Tribunal de Justiça foi no sentido de que, em tal hipótese, devia ser julgada improcedente a acção cível, sem prejuízo, evidentemente, de se poder propor, à parte, a competente acção no tribunal civil baseada nos princípios da simples responsabilidade civil.

Vejam-se, entre outros, os Acórdãos de 26 de Julho de 1967, 17 de Novembro de 1971 e 17 de Julho de 1974, respectivamente, no *Boletim do Ministério da Justiça*, n.ºs 169, p. 190, 211, p. 245, e 239, p. 102; os dois últimos também na *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, anos 105, p. 295, e 108, p. 267, anotados, com opinião discordante, pelo Prof. Vaz Serra, e o último ainda na *Revista dos Tribunais*, ano 93, p. 225, com anotação concorde.

É de crer que tenha sido esta situação que concorreu especialmente para que o legislador do Decreto-Lei n.º 605/75 viesse preceituar no artigo 12.º deste diploma que:

Nos casos de absolvição da acusação crime, o juiz condenará o réu em indemnização civil, desde que fique provado o ilícito desta natureza ou a responsabilidade fundada no risco. Nestes casos, aplicar-se-á o disposto no artigo 34.º e seus parágrafos do Código de Processo Penal, com as necessárias adaptações.

Como resulta deste preceito e se vê confirmado no relatório do referido diploma (veja-se o seu n.º 5), não se pretendeu permitir uma nova apreciação da culpa, base da acusação crime, quando se tenha declarado, na decisão da acção penal, que o réu agiu sem culpa e esta foi toda da vítima, mas somente se quis estabelecer a obrigatoriedade de condenar em indemnização civil quando, absolvido o réu naquela acção, haja ilícito civil ou responsabilidade fundada no risco.

E logo assim foi entendido esse artigo 12.º sem que se admitisse qualquer dúvida, como se vê do estudo publicado na citada *Revista dos Tribunais*, ano 93, pp. 387 e seguintes.

Deste modo, é de concluir que se tornou claro que a lei, evitando contradição de julgados e aproveitando a actividade processual despendida, pretendeu garantir que se proferisse decisão condenatória, quanto ao pedido cível — não obstante a decisão absolutória da acção penal —, desde que se reconheça existir ilícito civil ou responsabilidade fundada no risco.

E, como não se verifica qualquer destas condições, quando está definitivamente apurado que o acidente foi devido a culpa exclusiva da vítima, não pode, em tal caso, condenar-se em indemnização civil (artigo 505.º, etc., do Código Civil).

Assim, vê-se que a doutrina do acórdão recorrido não é correcta, sendo antes legal a do acórdão invocado em opposição.

Há, porém, a observar que o recurso foi interposto, como já se frisou, no conditionalismo especial do artigo 770.º do Código de Processo Civil, pois o Ex.º Magistado do Ministério Público recorrente não tinha sequer legitimidade para recorrer noutras circunstâncias num caso como o vertente.

Deste modo, deve resolver-se o conflito de jurisprudência através do respectivo assento, mas sem que este tenha influência alguma na decisão recorrida, que, portanto, se mantém (citado artigo 770.º). Pelos expostos fundamentos, dando provimento ao recurso, sem, contudo, revogar o acórdão recorrido, formulam o seguinte assento:

Absolvido definitivamente o condutor de um veículo da acusação criminal contra ele deduzida por se reconhecer que não teve culpa, a matéria desta não pode ser reapreciada no recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, restrito à decisão cível da acção exercida conjuntamente com a respectiva acção penal, nos termos do artigo 67.º do Código da Estrada.

Sem custas.

Lisboa, 9 de Novembro de 1977. — José Montenegro — Eduardo Botelho de Sousa — Miguel Cairo — Avelino da Costa Ferreira Júnior — Acácio Oliveira Carvalho — Adriano Vera Jardim — João Moura — Francisco Bruto da Costa — Rodrigues Bastos — Daniel Ferreira — Abel de Campos — Manuel Ferreira da Costa — Costa Soares — Artur Moreira da Fonseca — Hernâni de Lencastre — Aníbal Aquilino Ribeiro — Alberto Alves Pinto.

Está conforme.

Supremo Tribunal de Justiça, 23 de Novembro de 1977. — O Secretário, Manuel Fernandes Júnior.

(D. R. n.º 298, de 27-12-1977, I Série).

GOVERNO DE MACAU

Decreto-Lei n.º 13/78/M

de 13 de Maio

No sentido de estimular os estudantes de Macau não só no sentido de procurarem obter melhor aproveitamento como também no de participarem activamente nas actividades circulares instituídas, para além das bolsas de frequência regulamentadas pela Portaria n.º 32/78/M, de 28 de Fevereiro, um outro tipo de recompensa que constituirá, simultaneamente, uma distinção para aqueles que os responsáveis pelos respectivos esta-

belecimentos de ensino considerarem reunir um conjunto de qualidades a salientar.

Sob proposta da Repartição dos Serviços de Educação;

Ouvido o Conselho Consultivo do Governo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela Lei Constitucional n.º 1/76, de 17 de Fevereiro, o Encarregado do Governo de Macau decreta, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. São criados prémios anuais, designados «Prémio Governo de Macau», a atribuir a estudantes finalistas dos ensinos primário e secundário, dos estabelecimentos de ensino oficiais, oficializados ou particulares do Território, que se hajam distinguido durante o ano lectivo.

2. Esses prémios, em dinheiro, serão no valor de \$300,00 para os estudantes do ensino primário e de \$500,00, para os do ensino secundário, incluindo neste os ramos técnico e profissional.

Art. 2.º — 1. Em cada estabelecimento de ensino, serão atribuídos dois prémios por cada grau de ensino, primário ou secundário,

一、一九七八年五月五日簽署
上頒發。
的指示。此項獎金原則上應在學校每年傳統舉行之結業禮
第三條——為使對本法令的遵守，教育廳將編製必要
者。
成績、勤懇、品行及對學校內外活動的協助精神而選出
者。
給予獎額一名。
二、倘任何一教育階程之學生人數少於壹百人者，只
給獎額兩名；但每一教育階程必須有學生壹百人以上者方
可。
二、該項獎金為現款，分別為小學學生三百元，中學
包括技術及職業學校學生五百元。
第二條——一、對每一學校之中學或小學教育階程各
府獎金」。目的為給予本澳之官立、官制及私立學校的小
學及中學在畢業學年品學優異之畢業生。
第一條——一、設立一項每年之獎金，名為「澳門政
府獎金」。目的為給予本澳之官立、官制及私立學校的小
學及中學在畢業學年品學優異之畢業生。
使二月十七日第一／七六號國家基本法頒布之澳門組織章
程第一三條一款所賦予之權，制定如下：
又經聽取政府諮詢會意見
為着在澳門地區具有法律效力，澳門政府護理總督行
經教育廳之建議
責人選出者。
異獎係頒給各學校品學值得表揚的學生，而由各該學校負
責人選出者。

Tradução feita por

Decreto-Lei n.º 14/78/M

de 13 de Maio

Anteriormente à independência dos países República de Cabo Verde, República da Guiné-Bissau, República Democrática de S. Tomé e Príncipe, República Popular de Angola e República Popular de Moçambique, o serviço telegráfico entre Macau e esses países regia-se pelo Decreto-Lei n.º 31 422, de 26 de Julho de 1941, e era executado em trânsito pelas estações da Companhia Portuguesa Rádio Marconi (via Marconi).

Após a independência e convindo manter-se, como até aqui, o serviço telegráfico em questão;

Tendo em atenção as normas da União Internacional de Telecomunicações;

Sob proposta da Repartição dos Serviços de Correios e Telecomunicações;

Ouvido o Conselho Consultivo do Governo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 1 do artigo 13.º do Estatuto Orgânico de Macau, promulgado pela Lei Constitucio-

dário, com uma frequência superior a 100 alunos.

2. Quando a frequência em qualquer grau de ensino for inferior a 100 alunos, apenas será atribuído um prémio, nesse grau de ensino.

3. A direcção do estabelecimento de ensino seleccionará os alunos a premiar, tendo em vista não só o aproveitamento, mas também a assiduidade, apuro e espírito de cooperação em actividades relacionadas com a vida escolar dentro e fora da escola onde estiverem integradas.

Art. 3.º Os Serviços de Educação elaborarão as directivas necessárias para cumprimento deste diploma, tendo em atenção que em princípio os prémios deverão ser distribuídos por ocasião das festas escolares anuais que tradicionalmente costumem levar a efeito.

Assinado em 5 de Maio de 1978.

Publique-se.

O Encarregado do Governo, *Joaquim Chito Rodrigues*.

法 令

第十三／七八／M號五月十三日

Belmiro de Sousa.

nal n.º 1/76, de 17 de Fevereiro, o Governador de Macau decreta, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

Artigo único. O serviço telegráfico (via Marconi) entre Macau e os países República de Cabo Verde, República da Guiné-Bissau, República Democrática de S. Tomé e Príncipe, República Popular de Angola e República Popular de Moçambique passa a reger-se pelas normas da União Internacional de Telecomunicações.

Assinado em 10 de Maio de 1978.

Publique-se.

O Governador, *José Eduardo Garcia Leandro*.

Portaria n.º 65/78/M

de 13 de Maio

Reconhecendo-se a necessidade de reforçar várias verbas da tabela de despesa ordinária do orçamento geral para o ano económico de 1978;